

## 2013 - Angola decreta um «Islamismo out»?

Angola decreta um «Islamismo» out?&hellip;"  
por: Eugénio Costa Almeida©

O artigo 41º da Constituição da República de Angola (CRA) intitulado (Liberdade de consciência, de religião e de culto) diz, nos seus quatro parágrafos, que: 1. A liberdade de consciência, de crença religiosa e de culto é inviolável. 2. Ninguém pode ser privado dos seus direitos, perseguido ou isento de obrigações por motivo de crença religiosa [&hellip;]. 3. É garantido o direito à objecção de consciência, nos termos da lei. 4. Ninguém pode ser questionado por qualquer autoridade acerca das suas convicções ou práticas religiosas [&hellip;]. Esta introdução deve-se ao facto das autoridades não terem reconhecido a legalização de uma igreja com suporte no Islão. Não se sabe os fundamentos do Ministério da Cultura, através do INAR e baseado num despacho do Ministério da Justiça e Direitos Humanos de Angola, para a não legalização. Todavia, e fazendo fé em muitos órgãos que andam a noticiar este insólito facto jurídico-filosófico, extrapola-se que o mesmo se deveu ao facto das autoridades de Luanda entenderem e assumirem que a referida organização de culto islâmico poderia trazer para o país &ldquo;muçulmanos radicais [que não seriam] bem-vindos no país e que o governo angolano não [estará] preparado para legalizar a presença de mesquitas em Angola&rdquo;. Segundo a Ministra da Cultura, Rosa e Silva, citada no diário marroquino La Nouvelle Tribune, &ldquo;o processo de legalização do Islão não foi aprovado (&hellip;) e portanto as mesquitas em todo o país serão fechadas e demolidas&rdquo;. Entende-se que o Ministério e os seus técnicos tenham encontrado razões lógicas e suficientes para não legalizar a referida organização religiosa de cariz islâmico, bem como, sublinhe-se, outras cerca de 200 seitas religiosas, a maioria de cariz cristão. Uma das razões evocadas para a ilegalização da referida comunidade islâmica &ndash; reconheça-se que não há nada que indique que foi só uma comunidade ou toda a Ummah face ao encerramento de cerca de 60 mesquitas (masajid &ndash; plural de masjid, a mesquita) em todo o país &ndash; prende-se com o facto de o Governo achar que as mesmas minarem a cultura da Nação, cuja principal religião é o cristianismo (praticada por 95% da população). Até ao momento que escrevo, só estavam abertas as mesquitas de Luanda e Benguela. Só que comparar uma religião monoteísta &ndash; há três grandes religiões monoteístas no espaço religioso, judaísmo, cristianismo e islamismo &ndash;, talvez a que regista maior expansão a nível religioso, com seitas religiosas, a maioria importadas e de qualidade duvidosa, penso que é um risco mal calculado e perigoso. Tão perigoso que a comunidade internacional, leia-se, a comunidade islâmica do Norte de África, já escreve que &ldquo;Angola, el primer país del mundo que prohíbe el islam&rdquo;. Por outro lado, uma recente estatística divulgada pelas autoridades angolanas refere que para o actual universo religioso existem mais de 800 mil fiéis muçulmanos, sendo 23% angolanos que aderiram ao Islão por convicção e outros ainda por laços matrimoniais &ndash; se oficialmente há 23% de islâmicos não sei como há 95% de cristão, mas&hellip;. De certeza que entre esta ummah existirão radicais islâmicos que devem ser controlados. Agora colocar toda a Ummah no mesmo saco, além de perigoso parece-me que o governo está a comprar uma guerra, inútil e, por certo, dispendiosa e derrotada à partida, com a comunidade islâmica internacional. É que torna-se legítimo perguntar se entre as seitas ilegalizadas estará aquela que se tornou tristemente célebre no final do ano e tem sido questionada no seu próprio país de origem devido às estranhas formas de vida de alguns dos seus líderes. E como se justifica que algumas já ilegalizadas, recorde-se a célebre Igreja Maná ilegalizada em inícios de 2008, e que continua a usar os seus habituais meios para difundir as suas pregações? Quando um país quer, os sinais de vídeo (Maná-SAT, por exemplo) podem ser desligados&hellip; Acredito que tudo isto resulta de pôr em prática o despacho presidencial, de 9 de Setembro de 2009, sobre o estudo e tratamento do fenómeno religioso. Nesse despacho previa-se que esta matéria fosse tratada num período de 120 dias, mas infelizmente só passados estes 4 anos é que as instituições de direito tomaram a iniciativa. Só que meteram no mesmo saco confissões religiosas, a maioria falsas confissões religiosas, que, montando tendas e armazéns em quintais ou terrenos baldios com um púlpito improvisado e um bem-falante, conseguem extorquir dinheiro aos pobres fiéis para pregarem doutrinas duvidosas. Ou como alerta e bem o pastor Antunes Fernandes Huambo da também agora ilegalizada multi-congregação religiosa Igreja de Coligação Cristã em Angola (ICCA), &ldquo;o que mais lhes interessa é o dinheiro dos crentes&rdquo;, é, repito, perigoso e comprar uma guerra institucional e religiosa com o Islão. Tenho a certeza que esta matéria, até porque o Papa Francisco defende a harmonização religiosa entre todas as diferentes convicções, irá ser melhor analisada e, naturalmente, separado o joio do verdadeiro trigo! ©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano Novo Jornal, secção &ldquo;1º Caderno&rdquo; ed. 306 de 29-Novembro-2013, pág. 21)